

# Transformações da família na história do Ocidente

MARIA ENGRÁCIA LEANDRO\*

«A íntima conexão entre a família e a sociedade, assim como exige a abertura e a participação da família na sociedade e no seu desenvolvimento, impõe também à sociedade que não abandone o seu dever fundamental de respeitar e promover a família».

*Familiaris Consortio*, 1989, 65

## Variedade de olhares sobre a família

Falando de família, o que podemos começar por dizer, é que se trata de um vocábulo tão generalizado pelo mundo e na vida quotidiana e de um uso tão corrente nos escritos científicos ou populares, que se tornaria muito difícil enumerar todas as suas ocorrências. Por outro lado, a polissemia deste termo testemunha a variedade histórica da instituição que ele denomina.

---

\* Prof. de Sociologia do ICS da Universidade do Minho.

A palavra «*família*» é de origem latina: apareceu em Roma derivada de «*famulus*», que quer dizer servidor, mas não se aplica ao que entendemos atualmente por este termo. Na Roma Antiga «*família*» designava o conjunto dos escravos e dos servidores, mas também toda a «*domus*» (casa), isto é, todos os indivíduos que vivem sob o mesmo tecto e os bens patrimoniais pertencentes a essa casa, numa hierarquia que mantinha, por um lado, o senhor e, por outro, a mulher, os filhos e os servidores, vivendo sob a sua dominação. Por extensão de sentido «*família*» chegou a designar os «*agnati*», parentes pertencendo à linha paterna, e os «*cognati*», parentes concernentes à linha materna, assim como o conjunto dos parentes unidos pelos laços de sangue, vindo a tornar-se em sinónimo de «*gens*»<sup>1</sup>, pelo menos na linguagem corrente (A. Ernout et A. Meillet (1951, 383). Estas diversas unidades de parentesco, reunimo-las e designamo-las, hoje, muito frequentemente, de família alargada ou parentela, embora sob o ponto de vista das estruturas, dos papéis e das funções, a noção de família alargada reenvie a uma outra forma de família (M. Engrácia Leandro, 2001). Seja como for, estas unidades de parentesco, têm variado de extensão segundo os locais, as épocas, os grupos sociais e as circunstâncias.

Historicamente, o que podemos dizer de mais fundamental, é que a família, sendo uma instituição ancestral, universal, de formação multivariada e culturalmente determinada, tem sabido resistir e adaptar-se a todas as transformações e mutações familiares e sociais, tendo ela própria participado, enquanto «*sujeito-actor*», nessa mesma dinâmica social ao longo dos tempos. Ora, de uma tal observação pode retirar-se um corolário bem interessante: por todo o lado, a família é uma instituição basilar a ponto de que, até ao presente, nenhuma sociedade consegue passar sem ela, apesar de todas as transformações e mesmo mutações, os pessimismos, os discursos sobre a «crise» da família e até de alguns considerarem que uma sociedade sem família é possível, como Platão (*A República*), contra a opinião de Aristóteles (*Política*, I, 3, 1), que considera que a família é «*natural*» e que «*Toda a cidade é composta por famílias*», ou ainda daqueles que anunciam a morte da família (D. Cooper, 1972). Daí que se possa dizer que a questão da reorganização familiar é «*transtemporal e transcultural*» (J. Casey, 1989).

Com efeito, a família tem atravessado todas as épocas de profundas transformações políticas, económicas e sociais que, no caso das sociedades ocidentais, foram passando do predomínio das organizações estatais de poderes centralizados para sistemas mais democráticos em que se valoriza, predominantemente, a liberdade, a racionalidade, a igualdade de oportunidades e o indivíduo, ao mesmo tempo que se faz a transição da economia camponesa para a economia

---

<sup>1</sup> Grupo de famílias cujos chefes dependiam de um antepassado comum.

industrial e para a terciária, como acontece actualmente com a intensificação da urbanização das sociedades contemporâneas

Perante uma tal tenacidade mais do que «*uma célula de base*» ou um «*último refúgio*» contra as agressões externas, a família aparece como uma instituição flexível e persistente, logo que sejamos capazes de tomar alguma distância histórica. Em vez de a olharmos com pessimismo e a analisarmos em termos de «crise», parece-nos mais interessante interrogarmo-nos como é que a família tem vivido e agido perante as grandes mudanças, quiçá, mutações económicas, sociais e culturais, umas mais profundas do que outras, produzidas no decorrer dos séculos, com particular destaque para os mais próximos de nós e para os últimos decénios.

Queremos, no entanto, advertir que, não podendo apresentar no âmbito deste trabalho a história da família que é extensa, rica e muito variada, tendo em conta os vários ângulos de análise, a panóplia das ciências que se interessam por esta matéria e as várias facetas que a compõem e interpelam no decorrer dos tempos, mais não faremos do que aflorar alguns aspectos e determo-nos um pouco mais sobre determinadas épocas e civilizações que consideramos mais influentes no que se refere a mudanças familiares mais profundas. Assim, retemos apenas cinco parâmetros que nos parecem mais importantes para o assunto em estudo, a saber: o significado histórico da família, a família na Roma Antiga, a influência do Cristianismo sobre a transformação da família, o processo de formação da família moderna e as mudanças familiares desde a segunda metade do século XX.

### O significado histórico da família

Não é preciso recuar muito no tempo, para que certos historiadores, falando das mudanças na família, nos façam assistir a uma lenta subida, na Europa, da família nuclear moderna, isto é, a que tendo uma estrutura triangular, é formada pelo pai, a mãe e os filhos, sob os efeitos das transformações económicas e da acção modernizadora dos Estados, desde o século XVI (A. Burguière e F. Lebrun, 1986). A ideia da passagem da família tradicional, caracterizada por grupos domésticos extensos e complexos, à família restrita, que se vai acentuando desde o século XVI, em que o grupo de residência se limita à célula conjugal e aos filhos, era uma ideia corrente para muito sociólogos. Uns viam aí um símbolo de decadência, como F. Le Paly (1875), outros um sinal de progresso, como F. Tönnies (1877), E. Durkheim (1892) e T. Parsons (1937).

Esta visão evolucionista parecia verificar-se através da história das mentalidades e da demografia histórica através do método «*Henri*», ou seja a «*reconstituição das famílias*» a partir de uma base documentária – os registos

paroquiais – que forneciam dados contínuos desde os séculos XVI- XVII. As famílias reconstituídas reduzidas à sua base biológica, davam ao demógrafo um observatório cómodo para estudar «*in vitro*», os ritmos e os mecanismos de reprodução das populações antigas. Mas através de uma tendência natural a reificar o instrumento que haviam construído, os historiadores demógrafos acabaram por fazer como se as famílias reconstituídas fossem famílias reais e por pensarem que todas as famílias tinham uma estrutura nuclear na época moderna.

Contudo, estudos promovidos em França pela Escola dos Annales, inaugurada em 1929 e pela equipa da Escola de Cambridge, através de um inquérito comparativo suscitado por P. Laslett (1972), vieram arruinar o velho cliché evolucionista que fazia derivar a célula nuclear moderna duma família alargada e complexa. Se tivermos em conta a dimensão das famílias, estes estudos vieram revelar que a família restrita predomina desde a Idade Media numa grande parte da Europa. E se considerarmos a estrutura dos grupos domésticos, ou seja, a maior ou menor capacidade das formas de coabitação (implicando ou não vários núcleos conjugais, de parentes mais ou menos afastados...) fica claro, que vários e diferentes modelos familiares das formas de organização e de repartição da autoridade familiar coexistem na Europa desde a Idade Media. A forma de família nuclear predomina largamente na Europa do Noroeste. Também na Europa central e meridional se encontra bastante difundida e, ao invés, é minoritária na Europa oriental. Por exemplo, em Portugal, no norte havia uma tendência para o predomínio da família tronco e da família complexa, ao passo que no centro e no sul se verificava uma predominância da família nuclear (P. Descamps, 1959).

Analisando a variedade de fontes disponíveis e bastante trabalhadas pelas escolas acima designadas, o que podemos dizer é que as formas de família, sendo variadas desde a Idade Media, põem ainda em relevo o facto da sua transformação mais do que a sua evolução e o contraste existente entre diferentes áreas geográficas. Podemos, no entanto, perguntar-nos se os contrastes geográficos não comportam também uma certa evolução? A estabilização do regime demográfico graças a uma melhor regulamentação ( em particular a que se refere ao retardar da idade do casamento, visando o controle da natalidade) e a passagem no século XVIII a um perfil de crescimento demográfico, de desenvolvimento urbano, o impulso do capitalismo mercantil e a sua grande influência sob as formas de produção, o reforço dos aparelhos do Estado, enfim as principais componentes da «*primeira modernidade*» (A. Burguière e F. Lebrun, 1986), não criaram uma nova forma de família como durante muito tempo se fez crer. Antes puseram à prova as formas familiares existentes. Nuns lados fizeram apelo à sua capacidade de adaptação e noutros de resistência. A modernização mais intensa da Europa do noroeste, acentuando as diferenças de desenvolvimento e até as relações de dependência entre o este e o oeste, fizeram ressurgir com

clareza todo uma nova base cultural de diferenças e particularmente a oposição entre formas familiares dominantes.

As transformações económicas fazem apelo a reparos idênticos. O grande desenvolvimento das actividades marítimas na fxa ocidental da Europa, encetadas por Portugal a partir do século XV, proporcionaram a descoberta da América e a expansão marítima, colocando em pleno movimento, praticamente, toda a Europa, possibilitando o desenclave das regiões e intensificando o comércio em todo o continente, favorecendo a circulação dos bens, dos homens e das ideias. Este movimento fez deslocar, definitivamente, o centro da gravidade económica para a Europa do noroeste. Daqui decorre a promoção da burguesia comercial que instala uma nova forma de dominação das cidades sobre as aldeias, uma larga difusão da Reforma que valoriza a responsabilidade individual e o espírito empreendedor. Não é por acaso que estas características, mais expressivas da modernidade do perímetro ocidental do norte da Europa, coexistem com as estruturas familiares onde predomina a família nuclear.

Com efeito, há uma congruência entre as predisposições da família nuclear e as novas exigências da sociedade. Pode-se, pois, supor que há uma estimulação recíproca entre a forma de família enraizada nesta parte da Europa desde a Idade Média e o dinamismo pré-capitalista que se observa a partir do século XVI.

Contudo, é preciso ter em conta que a Europa que se mantém durante todo este período é de uma base essencialmente agrícola. O crescimento dos Estados, tal como o das cidades, foram acima de tudo alimentados pelo que extraíam dos campos: pagamento de impostos ou rendas e migrações humanas. No princípio do século XVIII, praticamente em toda a Europa, a mortalidade é mais elevada nas cidades do que nas aldeias, o que não lhes assegura uma taxa positiva de reprodução da sua população. Porém, a taxa de crescimento total da sua população aumentou durante todo este século – como de resto nos que se lhe seguiram – graças aos fluxos de migrações rurais.

Trata-se de uma faceta, entre outras, da dependência crescente dos meios urbanos em relação aos meios rurais, a partir do século XVI, com ritmos e fórmulas diferentes segundo as regiões. Por exemplo, na Inglaterra, segundo as célebres descrições de K. Marx, assiste-se à penetração nos campos das estruturas capitalistas, o que vai permitir substituir a renda senhorial pela renda dos prédios rústicos. Claro que esta nova política económica suscita muitas reservas e reacções dos camponeses que, maioritariamente, viviam em famílias nucleares. Todavia, estas não apresentavam por toda a parte as mesmas formas de organização e visavam objectivos similares, por exemplo, no que se refere à herança. A título ilustrativo tomemos o caso da Inglaterra, da França e de Portugal.

Na Inglaterra, a família nuclear, verdadeira escola de individualismo, encorajava os filhos a deixarem o tecto familiar o mais cedo possível, desfazendo a importância das solidariedades familiares e de vizinhança que urdiam os laços

sociais camponeses. Poder-se-á dizer que esta maneira de proceder precipitava a solidariedade camponesa nas estruturas do capitalismo, ao passo que em França, a família nuclear permanecia solidamente imbricada na comunidade camponesa e fazia corpo com ela.

Mais ainda, na Inglaterra, o hábito de transmitir a herança a um único filho, normalmente o filho varão mais velho, desde o século XV e XVI quando o homem era raro, a terra abundante e os salários elevados, manteve-se após a retoma demográfica: como as propriedades agrícolas cresceram, permitiram acumular bastantes lucros para dotar com dinheiro os filhos que estavam predispostos a instalar-se fora, preservando assim a unidade do património rústico (C. Howell, 1976). Esta prática tornava a ideia de deixar a terra atraente e a de coabitar insuportável. Por outro lado, alimentava um fluxo de emigração que o movimento do emparcelamento de proximidade contribuiu para amplificar. Em França passa-se o contrário. A pressão demográfica impõe fórmulas de partilha entre os herdeiros pertencentes a uma família nuclear. O único meio de impedir a divisão extrema consistia na falta de dimensão necessária à sobrevivência duma nova família nuclear, podendo esta contar ainda com o património que lhe cabia em partilha através casamentos endogâmicos. Estes dois factores contribuíam para a consolidação da família nuclear e da comunidade camponesa.

Por sua vez em Portugal, sobretudo no noroeste, onde a pressão demográfica tem sido mais intensa desde tempos de antanho – embora de há uns anos a esta parte, vamos assistindo a uma situação idêntica às demais regiões do país, com alguma excepção para os Açores e a Madeira – foram-se verificando duas tendências decorrentes uma da outra: uma para a emigração em virtude de um povoamento mais intenso e de uma maior prevalência das famílias numerosas, logo mais pressão demográfica e mais predisposição para a saída de fluxos migratórios externos, e outra para a preservação e unidade do património familiar, através de uma estratégia de organização familiar que tem que ver com a família tronco, ou seja, aquela em que, entre outros aspectos, a herança fundiária cabe a um único herdeiro, que nesta região pode não ser o filho varão mais velho, mas sim o filho ou a filha em quem os pais depositam mais confiança para cuidar deles na doença e na velhice (M. Durães, 1987).

E isto mesmo a despeito da abolição da lei do Morgadio em 1867, nesta região, um grande número de famílias foram sabendo elaborar estratégias de herança que lhes permitiam guardar o património fundiário mais ou menos intacto, até por volta dos anos sessenta do século passado (M. Durães, 1987; K. Wall, 1998). Em grande parte foi o grande êxodo de emigração masculina e também feminina para a Europa, nesta época, que mais contribuiu para romper com esta prática ancestral. Mais, importa relevar que a par desta forma de família coexistiam outras que ainda hoje persistem: a família nuclear, a família alargada, a família complexa e a família unipessoal (K. Wall, 1992), sendo a nuclear, à semelhança do que se passa em todas as sociedades ocidentais, a que

se impõe e tem uma predominância ímpar em relação às outras, quer no meio urbano, quer no meio rural.

Contudo, com o aumento do desemprego, da pobreza e da exclusão social que muitas vezes lhe estão associadas, vai-se assistindo, actualmente, a um aumento das famílias complexas, ou seja, aquelas que são formadas por dois ou mais núcleos familiares, inclusive os que integram apenas um dos progenitores e a sua prole.

Por sua vez, com o aumento dos divórcios reaparecem em grandes proporções a família monoparental (7% segundo os censos de 2001), isto é, a que é formada apenas por um dos progenitores e a sua prole, ou mesmo o avó ou a avó e os netos, e a família recomposta (11,8% segundo os censos de 2001), ou seja, a que não sendo original, é formada por um cônjuge e os seus filhos e o outro cônjuge que poderá ou não ter filhos. Mas ambos podem ter filhos e vir a ter novos filhos que resultam da sua união. Neste caso, estamos perante a coabitação de filhos de três proveniências familiares distintas. A complexidade aumenta ainda quando pensamos no leque de relações que terão de criar com as parentelas respectivas.

Estas formas de família, não sendo novas, mas vindo de tempos de antanho em virtude da viuvez, normalmente precoce, atingem nos nossos dias outras proporções e características distintas das anteriores. Por exemplo, no passado estas formas de família aconteciam estando um dos cônjuges morto, ao passo que hoje está vivo, podendo intervir na vida dos filhos e quiçá do ex-cônjuge, sobretudo quando se trata de divórcios litigiosos (A. S. Leandro, 2005), o que não é tanto o caso quando os divórcios são de comum acordo, podendo os ex-cônjuges continuarem a manter um sistema de relações cordatas, não só entre eles, mas até com os que vieram a ocupar o seu lugar (J. Commaille e C. Martin, (1998).

O que se pode, então, dizer sob o ponto de vista histórico, apoiados, particularmente, nos estudos e na tipologia de P. Laslett (1972), retendo de sobremaneira o espaço europeu, embora com variações geográficas significativas, é que desde muito cedo se verificou a coexistência de várias formas de família: a nuclear, a tronco, a alargada, a complexa e as famílias sem núcleo (como é o caso da que é constituída apenas por irmãos) e na actualidade mais correntemente a nuclear, a recomposta, a monoparental, a complexa, a unipessoal, entre outras.

Contudo, no passado, tal como hoje, com algumas excepções das zonas montanhosas da Europa central e oriental, de habitat disperso e onde a actividade económica predominante assentava na pastorícia, dando azo a uma maior implantação da família tronco, cabe, por todo o lado, à família nuclear a primazia, em detrimento das outras formas de família que acabamos de designar. E, como já foi dito, isto acontece desde tempos recuados que remontam ao princípio da Idade Média. Daí que não se possa ter uma concepção evolucionista da família quanto às suas formas, isto é, a passagem de formas mais extensas e complexas para chegar enfim à família nuclear formada pelo pai, a mãe e os filhos ainda não independentes, partilhando a mesma habitação, considerada



mais perfeita e consonante com a modernidade (E. Durkheim, 1892; T. Parsons, 1937). Importa, outrossim, ter antes uma ideia mais alargada da influência do contexto económico, cultural, social, religioso, político e das mentalidades sobre a organização familiar. De facto, a história das mentalidades e os suportes simbólicos ou outros que lhes são subjacentes não são alheios a este fenómeno. Por exemplo, quando a influência da religião é relevante, seja ela qual for, como era no passado, a família tende a seguir as suas orientações e os princípios por ela veiculados e inversamente. A verdade é que a família do Génesis (Gn, 2, 18-24) é nuclear, a do Antigo Testamento é predominantemente poligâmica, ao passo que a do Novo Testamento é nuclear com base no modelo da família de Nazaré: Nossa Senhora, São José e o Menino Jesus.

Nos nossos dias, por exemplo, a par de outras transformações profundas, essencialmente nesta forma de família, assistimos a uma diminuição drástica do número dos seus membros <sup>2</sup>.

Contudo, não basta dizer que a família nuclear não é uma invenção da modernidade ou da industrialização, uma vez que ela vem de tempos de antanho. Isso não significa, porém, que esta forma de família tenha tido sempre o mesmo sentido e exercido tarefas e funções idênticas ou que a regulamentação entre os sexos e as gerações tenha sido persistentemente a mesma. A família nuclear do Ocidente dos nossos dias não pode, de forma alguma, ser assimilada às famílias conjugais dos séculos da Idade Média ou dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, mesmo com a implementação da família burguesa neste último século.

### A família na Roma Antiga

Como já o dissemos, na Roma Antiga «*Família*» designava o conjunto de escravos e de servidores vivendo debaixo do mesmo tecto, sob as ordens do mesmo chefe, o senhor, os filhos e a mulher, e a *domus* que integrava a família na sua totalidade. Neste sentido, a «*Família*» no direito romano mais antigo, era o conjunto de elementos pessoais e patrimoniais sujeitos à autoridade do chefe: o «*pater familias*» (*patria potestas*).<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Segundo os dados do recenseamento de 2001, o número médio de pessoas por família em Portugal é de 2,8, tendo 50,7% dos casais 1 filho, 38,8% 2 filhos, 8% 3 filhos e 2,6%, 4 e mais filhos. Em 2004 o índice sintético de fertilidade é de 1,4, o que não permite de forma alguma a reprodução da população portuguesa, mas antes a sua diminuição e o aumento do seu acentuado envelhecimento. Já no último período intercensitário foi graças à imigração que a população portuguesa aumentou 0,3%.

<sup>3</sup> Quando um contemporâneo de Cícero ou de Séneca (Ano I a J.C.) enumerava por convenção os bens que mais o prendiam a este mundo, nomeava os filhos em primeiro lugar. Seguiam-se as



Mais ainda. Neste contexto a adopção é uma prerrogativa masculina. Nesta ordem de ideias, para o homem, a família não tem absolutamente um carácter naturalista como nos nossos dias que é considerada de natureza dual: por uma parte, fundamentada no biológico que visa a procriação dos filhos e os cuidados que reclamam, entre outros aspectos e, por outra, está submetida a um conjunto de influências e constrangimentos sociais de vária ordem.

Na Roma Antiga, pode-se igualmente evocar o facto do pai casado ter ainda o poder de vida e de morte ou de abandono da sua prole. Ao nascer, o filho podia ser aceite ou recusado pelo pai. Por outro lado, enquanto este vivesse, os filhos reconhecidos como tal eram-lhe inteiramente submissos e considerados cidadãos de segunda. Pela ordem política, apenas são reconhecidos cidadãos de pleno direito quando se tornarem «*pater familias*». No nível em que nos situamos, por extensão de sentido, a família chegou a designar os «*agnati*» e os «*cognati*», sendo este conjunto sinónimo de «*gens*» na linguagem corrente, o que hoje, normalmente, designamos de família alargada.

Designa-se, assim, por família os escravos do mesmo patrão, os serviçais, a fortuna herdada e o grupo doméstico, ou seja, um grande número de pessoas sujeitas, quer por direito, quer pela natureza ao poder de um só homem. Este conjunto de pessoas abarca o pai de família, a mãe, os filhos os netos, os escravos e os serviçais. O pai de família exerce o comando da casa: é, precisamente por isso, que é designado de «*paterfamilias*».

Quanto ao institucional, na Roma Antiga o casamento é designado de «*matrimonium*» termo através do qual a sociedade romana da época atribui às mulheres em idade procriativa a responsabilidade de darem descendência aos cidadãos, isto é, estabelece a condição legal de «*mater*». Sendo assim, a esposa pode ser considerada como um instrumento da ordem política. Sublinhe-se, contudo, que o marido, sendo pai dos filhos que lhe dá a sua esposa legítima, sem que necessariamente tenha de ser o procriador, a heterossexualidade está na base da constituição do casamento. Em tais circunstâncias não é porque é progenitor que o marido é pai, mas porque é marido duma mulher. Daí que possamos dizer que os romanos da Antiguidade, porque associavam intrinsecamente pai e cidadão, são sem sombra de dúvida aqueles que mais

---

honras recebidas da «*cité*» (honras que se juntavam às da linhagem já ilustre, ou fundamentavam a pretensão de as ver renovadas na sua descendência), mas também o património, a casa paterna onde clientes e amigos se juntavam em grande número para atestar a grandeza e a honra do nome da família. Por último, aparecia o nome da esposa. No século anterior, Catão redigia para os proprietários fundiários fórmulas de votos e de orações apelando a protecção dos deuses para «*mim, os meus filhos, a minha casa (domus), os meus bens (família)*» (Y. Thomas, 1986).

abertamente se fundamentam numa figura «artificial» do pai. Por sua vez, esta produz efeitos. Frise-se que o grau de abstracção atribuído à figura do pai exprime-se numa sociedade marcada pelo politeísmo. O monoteísmo, e singularmente<sup>4</sup> a presença de um Deus pai, teria como consequência «humanizar» o pai? Tudo isto não deverá ser entendido nem como uma difusão do afectivo, nem como uma consequente valorização do papel da mãe em detrimento do pai.

Deste modo, esta variedade de olhares acerca da família reflectem, também, um conjunto de ritos e de costumes que nos permitem apreender o significado do que é ser pai, mãe e filho nesta ou naquela época, neste ou naquele espaço, neste ou naquele contexto socio-económico, cultural e político, como ainda acontece nos nossos dias.

Voltando ainda à ideia de há pouco, importa dizer que, no contexto deste trabalho, esta perspectiva histórica sobre a família romana de antanho tem apenas como objectivo situar um ponto de partida para apreendermos um conjunto de transformações que, em correlação com os vários contextos sociais, têm assolado a família ao longo da história, mas que, também, poderia ser alargado à família da Grécia Antiga, do Egipto dos tempos faraónicos, de Israel, ou da China do tempo de Confúcius, afirmando este que as sociedades seriam boas se as famílias também o fossem.

Seguindo de perto este mesmo fio de raciocínio relativo às transformações familiares inscritas no tempo e nas dinâmicas dos vários contextos sociais, passaríamos agora a outra época de viragem histórica que tem que ver com o reconhecimento oficial do Cristianismo e a sua difusão de carácter universal.

### **A influência do Cristianismo sobre a transformação da família**

Na perspectiva de M. Segalen (1981-1988) e de J. Goody (1983-1985) foi a Igreja Católica, desde o reconhecimento oficial do Cristianismo em 313, através do Édito de Milão, que foi forjando uma sociedade familiar europeia de tipo nuclear conjugal, impondo traços inéditos às populações que desejava cristianizar através do mundo. Com efeito, a Igreja proíbe práticas correntes na bacia mediterrânea como a adopção, a poligâmia, o divórcio, o concubinato, o

---

<sup>4</sup> Deus, numa religião monoteísta, não é necessariamente pai. Assim acontece com Allah, fundador da religião islâmica, que aparece no século VI da era cristã, mas não sendo apresentado como um Deus pai.

recasamento das viúvas, o casamento no seio do parentesco até ao sétimo grau, as rupturas frequentes (I Cor. 7, 12), entre outros aspectos. Ao contrário, acentua a importância do livre consentimento dos esposos baseado na afeição, condição *sine qua non* para haver casamento e instaurar a liberdade de testar. A partir do século XII eleva o casamento à dignidade de sacramento indissolúvel, o que reforça o peso da instituição. As resistências a estas imposições foram numerosas, principalmente as que impunham a exogamia, sobretudo por parte dos nobres e aristocratas da época que procuravam, através dos casamentos arranjados, garantir no seio da família os seus bens patrimoniais. É então criado o sistema de dispensas matrimoniais.

A nova forma de família conjugal, inserida numa rede de parentesco binário, difere bastante das que então vigoravam na civilização romana ocidental, mas também da Grécia, de Israel, do Egipto, assim como dos outros países mediterrâneos do Médio-Oriente e da África do Norte, embora haja certos traços que se possam ter mantido através dos tempos como os modos de herança, o dote e os casamentos arranjados, mesmo entre nós, até muito recentemente. A nova forma de família, então proposta pela Igreja Católica, assenta no livre consentimento dos nubentes e no casamento monogâmico, dando origem a uma família nuclear conjugal, composta pelo pai, a mãe e os filhos, partilhando o mesmo espaço habitacional, à semelhança da família de Nazaré, o que não era uma regra até então, ainda que já tenha sido preconizada pelo estoicismo desde o 1º século da nossa era.

No termo desta breve análise pode dizer-se que o sistema de parentesco europeu, caracterizado por uma família fortemente integrada num sistema de relações de parentesco bilateral, é muito antigo, pelo menos nos seus aspectos ideológicos. Ainda que certas estruturas possam ser analisadas em períodos posteriores, as fontes históricas disponíveis revelam uma relativa variedade de influências, sendo a mais forte forjada pela Igreja Católica desde o seu reconhecimento oficial.

No entanto, um certo tipo de medidas como, por exemplo, o direito dos nubentes se escolherem por afeição e não em função dos patrimónios familiares, conferem à Igreja Católica uma prerrogativa de maior liberdade do que a da aristocracia e da nobreza da época, uma vez que tendia a privilegiar a livre vontade de unir os cônjuges e não os interesses materiais das famílias. Circunstâncias como esta fazem apelo a alguma precaução quando se tende a acusar a Igreja de alguns imobilismos de carácter ultra-tradicionalista. Por outro lado, comparativamente com outras religiões, como por exemplo o Islão, a Igreja Católica, ainda que durante algumas épocas como a Idade Média e grosso modo até às revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX tenda a confundir-se com o poder político, de então para cá tem dado provas de maior capacidade de separação entre o poder religioso e o poder profano.

Uma primeira indicação que deste conjunto de medidas se pode retirar é a de que, entre o século IV e o século XVIII da nossa era, se foi forjando uma forma

de família nuclear conjugal que, com o decorrer de tempo, veio a prevalecer, em primeiro lugar, sob a influência do Cristianismo a que depois se foram juntando outras influências decorrentes de doutrinas filosóficas, como o individualismo inglês, ainda antes das revoluções liberais e da industrialização, o iluminismo, o próprio processo industrial, dando origem a novas racionalidades e organização do trabalho, a mudança das mentalidades, o processo da secularização e o impacto da modernidade de maneira mais alargada.

### **O processo de formação da família moderna**

Fundamentalmente, o declínio da família tradicional para dar azo ao aparecimento da família moderna deu-se em torno da introdução de valores que têm que ver com a autonomia doméstica, a disciplina, a privacidade e a afeição (não fora o século XIX a centúria do romantismo), forjados pela nova civilização decorrente da filosofia das Luzes e das novas formas de organização económica através da industrialização. Sendo assim, trata-se de mais um artifício criado pelo Homem do que um legado da natureza. Há muitas maneiras de abordar estes temas singulares, mas uma das mais significativas e profícuas é através da infância e da valorização que se foi outorgando, paulatinamente, ao afectivo, tal como o fez P. Ariés (1960). Por um lado, é nas exigências que se fazem às crianças e aos jovens e na educação que lhes é dada, que entrevemos parte do ajustamento que a Europa teve de fazer à sociedade democrática e, por outro, na valorização da afeição no seio da família que teremos de compreender as novas formas de relação daí decorrentes.

Foi esta questão que esteve na origem de um dos mais inovadores e brilhantes livros de história social e familiar do nosso tempo: *A criança e a família no Antigo Regime* (1960 – 1973), de P. Ariès. Nesta obra, socorrendo-se da arte, o autor começa por tratar a questão da descoberta da infância, ainda nos finais da Idade Média, mas com particular destaque para a época da Renascença e a Moderna. Por uma parte, socorre-se da arte, designadamente a pintura, e, por outra, utiliza os documentos relativos à educação das crianças como forma de analisar as transformações do papel da família e da hierarquia social, com o advento dos tempos modernos. O seu interesse vai para este fenómeno peculiar do Ocidente que é a casa da família nuclear.

Há duas vertentes interligadas na análise de P. Ariès: o aparecimento da domesticidade e o aparecimento da escola em forma de universidades. Na Idade Média, a escola tinha um pendor assaz vocacional como terreno de preparação de clérigos. No século XV, a proliferação das universidades, onde os alunos viviam uma vida colectiva sob uma orientação moral, sugere que estava a forjar-se um novo conceito de educação. Assim, a valorização da vida doméstica

e da escola fazem ambas parte do mesmo processo que é o de educar os jovens para uma sociedade cada vez mais profissionalizada, não hierárquica, em que o estatuto tem que ser adquirido e não apenas herdado, como acontece com os bens patrimoniais de carácter material, como já o havia dito E. Durkheim em 1892, ao falar das características modernas da família conjugal. Em referência ao seu sistema de valores, ele aprova esta desvalorização da herança. Para E. Durkheim é o factor através do qual se podem nivelar as desigualdades externas nas quais nascem ou são colocados os indivíduos, porque não existem desigualdades sociais que decorram do valor pessoal de cada um. Logo, há que valorizar a personalidade de cada um que implica uma valorização do «*mérito pessoal*»: a cada um segundo os seus méritos e não segundo a sua herança. É por isso, que pensa que o direito de sucessão tenderá a desaparecer progressivamente.

Esta vertente do individualismo – o mérito pessoal – para Durkheim (1892 – 1975, 45) enferma duma duplicidade. Por um lado, é valorizado como forma de combate às desigualdades sociais e, pelo outro, é um aspecto que ele deplora, uma vez que tende a fazer do indivíduo um fim em si mesmo, podendo pôr em risco os laços sociais que deveria tecer com os outros cidadãos e sem os quais pode cair na anomia ou mesmo em tendências suicidárias.

Antecipando a sua obra o *Suicídio* (1897), o autor considera que a demasiada personalização destrói a integração e a partir daqui pode conduzir o indivíduo a «*um estado de miséria moral*». Considera que, frequentemente, «*o que nos prende ao trabalho é que ele é para nós o meio de enriquecer o património doméstico e de aumentar o bem estar dos nossos filhos*». Sendo assim, a família só se tornará moderna, quando formos estimulados por outros motivos para trabalhar para além do interesse pessoal e doméstico. Daí que não olhe para a família como um relicário ou uma concha fechada em si mesma, mas incentive os indivíduos a associarem-se, também, a outras formas de organização comunitária de modo a intensificarem e a alargarem o leque de laços sociais para lá da família. Mesmo assim, considera que os interesses da comunidade doméstica, que E. Durkheim considera praticamente indissolúvel, se sobrepõem aos do indivíduo.

Haverá ainda lugar para dizer que P. Ariés, socorrendo-se das formas artísticas, observa que só no século XII os pintores ocidentais começam a pintar o Menino Jesus não como um adulto em miniatura mas como uma criança humana, demonstrando uma nova consciência das diferenças anatómicas da criança. Esta evolução intensificou-se no fim da Idade Média. Foi acompanhada por um destaque paralelo do papel de Nossa Senhora como mãe e, um pouco mais tarde (particularmente depois da Contra-Reforma do século XVI), de S. José como pai.

Estas mudanças artísticas são intrigantes e convincentes no panorama da época. O século XII foi a grande época da cavalaria, que contava entre as suas muitas características, com um novo culto do amor entre os homens e as mulheres e com um novo relevo conferido à dimensão humana na história

narrada nos Evangelhos. Não só havia prazer em retratar o nascimento de Cristo como os seus sofrimentos na Semana Santa passaram a merecer muito mais atenção. O Deus do princípio da Idade Média é uma figura cheia de poder e majestade, um tanto distante deste mundo, ao passo que o Deus pintado no fim da Idade Média é o homem que sangra pendurado na Cruz. Esta humanização da iconografia sagrada, cuja interpretação nem sempre é fácil, tem interesse para quem se interessa pela história da família, numa altura em que a religião estabeleceu as normas do comportamento individual e familiar e apresenta a Sagrada Família como modelo descritivo dos leigos. Sob o ponto de vista profano, com o Renascimento, aumenta o interesse pela criança, tanto na arte como por ela mesma. Podemos até dizer que na arte do século XVII, a expressão mais íntima do ambiente doméstico se encontra na «*Sagrada Família com passarinho*» de Murillo.

Seja como for, o que importa sublinhar é que as relações entre pais e filhos no passado, não sendo as da indiferença, não tinham o significado que paulatinamente se foi conquistando no interior da família e na sociedade em geral até aos nossos dias. É óbvio que o afecto pelos filhos, embora expresso de maneira distinta em diferentes épocas, contextos e pertenças sociais, tem sido uma constante da condição humana, mesmo em circunstâncias adversas, embora saibamos que a criança do passado não era objecto da mesma afeição e de cuidados idênticos aos do nosso tempo no que se refere à higiene, à saúde, ao vestuário, ao investimento na escolarização, ao lazer, à entrada mais tardia no trabalho, mesmo se se trata de pequenas tarefas, ainda que os maus tratos a crianças, os abusos sexuais, os roubos, as mortes por crime, o desaparecimento furtivo e o trabalho infantil persistam intensamente na actualidade.

Contudo, a família moderna – tal como a analisou E. Durkheim em 1892, afirmando que era cada vez mais relacional – é incompreensível fora da história da escolarização que remonta ao século XV e da valorização sentimental que se foi consolidando com o decorrer do tempo (E. Shorter, 1975 – 1977). A partir de então, denota-se simultaneamente uma maior valorização da escola e de percursos escolares mais prolongados das crianças e dos jovens, visando, por um lado, uma melhor preparação profissional e, por outro, uma melhor formação humana. Investe-se, igualmente, na afeição no interior da família em geral e na criança em particular. Ao mesmo tempo, a este culto conferido à criança está associada uma diminuição do número de crianças por família, até porque com a melhoria da alimentação e das condições habitacionais, das descobertas médicas e das medidas higiénicas, a mortalidade infantil foi diminuindo paulatinamente até aos dias de hoje. Duma taxa de mortalidade infantil de 60%º nos anos sessenta do último século, passamos para 5%º na actualidade.

Refira-se ainda as influências decorrentes dos novos contextos políticos relacionados com as revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX e das novas formas de economia relacionadas com a industrialização, permitindo o emprego

de inúmeras pessoas, inclusive de mulheres e crianças e o desenvolvimento da classe operária.

De tudo isto P. Ariès retira a seguinte dedução: há dois tipos de família. Na primeira a pessoa da criança é negligenciada. O que importa é o património e a sua mão de obra. Na segunda, a fortuna do casal assenta essencialmente na criança e no seu futuro. Trata-se de um tipo de família favorável ao controle dos nascimentos. Melhor dizendo, no primeiro caso a criança é vista como um «*recurso*», em função dos interesses dos pais e do grupo familiar e no segundo como um «*projecto*», em função dela mesma. Hoje, em virtude do decréscimo da natalidade e, ao invés, do aumento da longevidade, sobre este prisma, volta-se a olhar a criança e os jovens como recurso, por exemplo, em relação à manutenção do actual sistema de segurança social.

Insistindo ainda sobre uma cuidada análise da importância da escola, na esteira de P. Ariès, podemos dizer que ela vai criando uma ideia particular de infância (evidente para nós nos nossos dias) que reclama a tomada de consciência da inocência e da fraqueza da infância. Por conseguinte, os adultos têm a responsabilidade de preservar uma e fortalecer a outra. Desta maneira, vai-se prestando mais atenção à criança que, sendo outrora mais socializada na rua e a partir dos 7 anos em casa de outrém para aprender um ofício, a arte de cavalgar ou simplesmente como criado, passa agora mais tempo junto da família, graças à escola. Esta, mesmo se à partida afasta geograficamente a criança como acontecia na época, por exemplo, com a ida para os colégios e as universidades, retirando-a da rua, afectivamente ela devolve-a à família. Na actualidade estes procedimentos tornam-se ainda mais claros com a desvalorização dos internatos.

Em termos familiares o que se verifica é que se desenvolve simultaneamente o sentimento da infância e o sentimento de família, ou seja, como dizia E. Durkheim (1892) assiste-se a uma centralização nas pessoas e menos nas coisas. Por outro lado, assiste-se a uma disciplina familiar mais apertada e de maior intimidade exclusiva entre os membros da família nuclear conjugal quando, por exemplo, pelo menos na burguesia, os pais se retiram com os filhos para aposentos separados dos criados ou serviçais, ao contrário do acontecia anteriormente, em que estes eram comensais da mesma mesa com os seus patrões e familiares. Doravante, as refeições de família excluem a presença dos criado(a)s que devem ficar na cozinha e vir apenas para servir. A campanha sobre a mesa para os chamar marca o interesse que as famílias burguesas manifestam em encontrar-se assós com os seus filhos na mesa da comensalidade. Desde então, os serviçais deixam de fazer parte da família. Outro sinal de distinção é o aparecimento do uso de nomes em forma de diminutivo, por parte dos membros da família em relação aos filhos, ou seja, trata-se da invenção de outra forma de os designar que é de uso restrito aos familiares, o que indicia um grande investimento na privatização da família moderna.



No âmbito destas considerações, e para a época em análise, importa não esquecer também a influência de duas revoluções gêmeas: a industrial e a política. Daí, que em certas circunstâncias, haja também tendência para associar o desenvolvimento da família nuclear à industrialização, o que, como vimos anteriormente, não corresponde exactamente ao percurso histórico da família no ocidente, embora esta nova organização económica favoreça esta forma de família, como o refere T. Parsons e R. Bales (1955). Mas importa mais uma vez realçar o facto de que, mantendo as mesmas estruturas familiares, a família nuclear dos séculos XVIII e XIX e mais ainda a dos nossos dias têm singularidades distintas das de outrora, prendendo-se duas delas exactamente com a introdução destes dois valores desde o século XVIII que são a privacidade e a afeição. Assim, desde os séculos XVIII e XIX a intimidade e a privatização da vida familiar são progressivamente preservadas e aumenta o investimento na escolarização dos filhos, o que faz com que possamos dizer que a família moderna, sendo cada vez mais sentimental, é também educativa (F. De Singly, 1993).

Frise ainda, que sob o ponto de vista político as revoluções liberais, introduzindo o casamento civil e relegando o casamento religioso para o domínio das escolhas privadas e posteriormente o divórcio, inclusive para os casamentos religiosos, representam uma forma de revolução nos alicerces tradicionais da família sob a égide da Igreja Católica, dando lugar ao aparecimento da família burguesa que predominou até à segunda metade do século XX. Refira-se, no entanto, que até então, a generalidade das famílias formavam-se tendo por base o casamento religioso e tendiam a orientar-se, em muitos aspectos, pelas normas emanadas da Igreja Católica ou da Igreja Protestante, o que veio a modificar-se bastante após os anos sessenta-setenta do mesmo século.

Este conjunto de dados, de carácter económico, social, científico e religioso, abonam também no sentido da família, em geral, ser hoje mais interessada pelo bem estar dos seus membros, designadamente as crianças, do que acontecia no passado, que aparece muitas vezes enaltecido sem, no entanto, se ter presente verdadeiramente a vivência da realidade familiar de épocas passadas: os maus tratos a mulheres e crianças eram correntes, a alimentação deficiente, o vestuário insuficiente, as condições habitacionais muito rudimentares, o trabalho precoce ou pesado para as crianças e adolescentes era moeda corrente, os cuidados com a higiene e a saúde muito deficientes, entre outros aspectos. Algumas mudanças, a este respeito, verificam-se no século XIX com o desenvolvimento da industrialização que, precisando de mais mão de obra para se desenvolver, privilegiava o apoio sanitário e alimentar às mulheres e crianças, uma vez que umas e outras eram as principais reprodutoras da força de trabalho.

Claro, que as profundas transformações de que a família tem sido alvo na modernidade avançada, tendo algumas muito que ver com a procura de uma felicidade extremamente individualizada da parte dos cônjuges, também trazem consigo alguns efeitos nefastos, por exemplo, aquando das frequentes rupturas que

se fazem sentir, de sobremaneira sobre as crianças e adolescentes sujeitos a terem de se confrontar, frequentemente, com as separações dos pais biológicos para passarem a viver com os pais sociais. Casos há em que estas passagens se fazem sem produzir repercussões desfavoráveis, mas outros há em que se passa o inverso.

### Mudanças familiares desde a segunda metade do século XX

Nos anos cinquenta do século passado, a questão da família, enquanto objecto de preocupação social em consequência de grandes transformações, praticamente não se punha. A formação da família estava estritamente associada ao casamento, tal como era preconizado pelas orientações religiosas e sociais. A bem dizer, as rupturas familiares, com ou sem divórcio eram mínimas. As tradicionais tarefas atribuídas a cada um dos cônjuges, ao pai e à mãe, extremamente hierarquizados, pareciam solidificadas. As gerações manifestavam formas de solidariedade mais ou menos intensas entre elas. Enfim, a forma de família nuclear conjugal, preconizada pela Igreja Católica e pela burguesia do século XIX: um casamento estável, uma mãe ocupando-se da educação dos filhos, dos cuidados aos doentes e da vida doméstica, sob a autoridade do «*pater familias*» família, em que os interesses do grupo familiar se sobrepõem aos dos indivíduos que o formam, parecia triunfar um pouco por todo o lado.

Mas eis que, por volta dos anos sessenta do século passado, e desde então a esta parte, vão-se operando na família profundas transformações, mercê das mudanças políticas, económicas, sociais e culturais, questionando a acalmia que até então se vivia. Sob o ponto de vista das estruturas, desde então, por todo o Ocidente, a família apresenta uma «...*geometria variável: conjugal 'clássica', monoparental, recomposta, homosexual*» (C. Attias-Donfut, et al., 2002, 7). Os seus contornos são múltiplos e eventualmente movediços ao sabor das alianças electivas. O que permanece mais forte é a força das relações parentais nas sociedades da modernidade inacabada (J. Pavageau et al., 1996). A questão da continuidade das gerações é hoje tanto mais importante quanto os casais são mais instáveis.

No princípio do século XXI, sabe-se que em média nos países ocidentais, um terço dos casamentos termina em divórcio<sup>5</sup>, seguido ou não por uma recomposição familiar. Denota-se, assim, que em termos de conjugalidade, em muitos casos, a família prevalece, enquanto satisfizer os interesses de cada um

---

<sup>5</sup> Em Portugal, em 2002, a taxa de divórcio ronda os 34%, ou seja, 2,7 divórcios por mil habitantes, o que significa que em 10 anos tivemos um acréscimo de 128% de divórcios. Porém, tratou-se de um ano especial em virtude da mudança da Lei no sentido de simplificar as formalidades do divórcio, o que levou a adiar para este ano divórcios que deveriam ter tido lugar em 2001. Em 2003 a taxa de divórcios voltou a descer.

dos cônjuges. Parafraseando F. De Singly (2003), diremos que se trata de uma conjugalidade em que os indivíduos se escolheram, até vieram a ter filhos, embora mais tardiamente, mas não são obrigados a permanecer em conjunto, logo que as suas expectativas individuais acerca da felicidade conjugal sejam postas em causa. Deste modo, procura-se a felicidade na vida conjugal, isto é, na formação de uma vida a dois que, enquanto durar, constitui um «NÓS», mas que simultaneamente saiba respeitar o «EU». Neste sentido, é inevitável que o laço conjugal saiba unir mas não criar amarras demasiado apertadas, uma vez que cada um continua a querer dispor da sua própria liberdade e afirmação da sua identidade, cada vez mais complexa.

Como mostrou N. Elias (1938-1987), o processo de modernização, entre outros aspectos, traduz-se por uma crescente individualização da vida quotidiana. Compreende-se, então, que num quadro problemático como este, se produzam efeitos de vária ordem na vida familiar e que haja uma crescente individualização das relações e comportamentos familiares, ainda que, entre nós, o inquérito aos valores europeus em 1999, venha mostrar como ideal «*a conjugalização da felicidade*» (A. N. deAlmeida, 2003).

Sabe-se também que devido ao aumento da longevidade, apesar da entrada mais tardia na vida conjugal, as famílias com várias gerações se multiplicam. Verifica-se cada vez mais a coexistência de quatro gerações, embora haja, por vezes, uma modificação das solidariedades entre elas. Mesmo assim, embora muitos casais sejam frágeis e as pessoas bastante individualistas, os laços entre as gerações vão no sentido de uma maior solidificação. Basta reparar no carinho que pais, filhos, avós e netos dispensam uns aos outros, muito mais do que em qualquer época da história, em que, como já o referimos, as crianças eram deixadas na rua entregues a si próprias ou às intervenções da vizinhança. De resto, as próprias leis internacionais e nacionais abonam nesse sentido.

Em Portugal, à semelhança do que se passa noutros países ocidentais, a Lei n.º 59/99, de 30 de Junho preconiza a guarda conjunta dos filhos após o divórcio, valorizando, desta maneira, o poder parental que, a todo o momento, compromete igualmente os dois progenitores, em vez do poder paternal que, em certas circunstâncias pode ser atribuído ao pai ou à mãe, designadamente, quando se trata da atribuição judicial da guarda de menores, em consequência do divórcio litigioso (A. S. Leandro, 2005). De qualquer modo, nesta lei está contida a ideia de que se separam os cônjuges mas não se separam os pais, ou seja, a indissolubilidade que continua apenas a estar associada ao casamento religioso católico, é também agora, deslocada dos laços conjugais para uma indissolubilidade natural assente na força do biológico, isto é, nos laços de sangue entre pais e filhos, que sendo indeléveis e indestrutíveis permanecem para lá de todas as dissensões conjugais e de todos os tempos. O amor conjugal pode e quer-se livre, ao passo que o amor parental não.

Por tudo isto as transformações que se operaram na família, desde a segunda metade do século passado, distintas das anteriores no decurso da história, constituem uma verdadeira revolução.

Para a configuração precisa desta problemática, muitos são os factores invocáveis. Uns são da ordem do económico e do social e outros da ordem da racionalidade, das mentalidades e do normativo, tendo estes mais que ver com as principais legitimações anteriores, associadas à tradição e à religião. Até um passado ainda recente, estas instituições eram poderosos reguladores das expectativas e das paixões amorosas. Os comportamentos de risco eram proibidos, ainda que, por vezes, fossem transgredidos. Os casais tinham interiorizado uma imagem de família sem grandes exigências. Estes reguladores, paralelamente às conquistas da liberdade, da igualdade, da emancipação e da autonomia feminina ou outras e a afirmação do indivíduo, foram perdendo a sua força e o predomínio da sua normalização que se queria eficaz, apesar de em 2000, 89,3% dos portugueses se afirmarem católicos (M. Villaverde Cabral et al. 2000). Mas entre a identificação social a uma pertença religiosa e o compromisso de vida com os princípios que ela mesma preconiza, pode existir, frequentemente, uma distância abismal.

O que se nos afigura então dizer neste caso concreto, ao nível das mentalidades e dos comportamentos, é que a tradição e a religião católica não constituem, hoje, para a maioria dos portugueses um suporte de legitimação, quer para as suas opções em matéria familiar, quer mesmo para a forma de casamento, uma vez que também o casamento religioso, embora maioritário, perde terreno em Portugal: 62% em 2001 contra cerca de 90% em 1960. Sociologicamente, constatamos que mentalidades e práticas se confortam reciprocamente.

Mas há outros factores que importa ter em conta. Três deles, afiguram-se fundamentais. O primeiro prende-se com o aumento da escolarização, para ambos os sexos, sendo esta uma questão que mobiliza igualmente a família. De resto, as raparigas ultrapassam, hoje os homens no ensino superior. O segundo relaciona-se com a entrada massiva das mulheres no mercado de emprego, o que lhes confere mais autonomia e emancipação, prevalecendo embora a questão da partilha das tarefas domésticas. De qualquer modo, doravante ser profissional e mãe de uma ou duas crianças vai-se tornando uma norma. Tudo indica que o peso das responsabilidades familiares não é mais impeditivo do exercício de uma actividade profissional, por parte das mulheres. A questão não é mais a escolha entre a família e o emprego ou a alternância, ou seja, trabalhar, interromper durante a infância dos filhos e voltar a trabalhar, logo que exijam menos cuidados, mas antes a acumulação (T. Bloss, 1997; M.E. Leandro, 2001). Enfim, o terceiro tem que ver com as descobertas científicas, entre as quais se destacam a dos meios anticonceptivos de cariz médico, permitindo à mulher dominar a sua fecundidade e ao casal programar a vinda dos filhos e o seu número. A vinda de um filho, é de há uns anos a esta parte, medida a desejo, a tal ponto que se

criaram os meios para diminuir o número de filhos e escolher a ocasião do seu nascimento, mas não se previram ainda todos os efeitos que daí decorrem em termos de infertilidade, tanto feminina como masculina, o que já se vai tornando num problema de saúde reprodutiva e mesmo de sociedade.

No entanto, a propósito da contracepção, os dados da demografia histórica e a própria história dos comportamentos familiares atestam que as práticas anti-conceptivas não são uma invenção das sociedades da modernidade inacabada, pois que desde há muitos séculos começaram por ser bastante utilizados pelos casais. Ademais, muito antes das técnicas anticonceptivas sofisticadas estarem disponíveis. O que é novo não é a existência dessas práticas, nem a banalidade como são utilizadas. É antes o facto de, doravante elas estarem publicamente acessíveis e terem-se tornado um meio prático e um símbolo por excelência da afirmação da livre disposição de si mesmas, por parte das mulheres em idade fecunda.

Nenhuma das outras transformações contemporâneas da família é compreensível fora desta grande ruptura que inaugura o reconhecimento das mulheres poderem dominar eficazmente a sua própria fecundidade. Quaisquer que sejam os objectivos e as intensões dos defensores da libertação, rompe-se, desta maneira, com a submissão das mulheres às leis da natureza, que serviam para justificar, desde tempos remotos a inferioridade social das mulheres, o encerramento no espaço doméstico e a submissão à dominação masculina. As vitórias alcançadas a nível jurídico só podiam desenvolver cabalmente os seus efeitos e serem levadas a termo, a partir do momento em que a maternidade deixasse de ser um «*destino natural*», transfigurado numa «*vocação sagrada*» para se tornar numa escolha (D. Hervieu-Léger, 2003).

Porém, uma constatação se impõe, que abarca tanto as mulheres como os homens, consistindo na entrada em força do indivíduo no universo familiar. Desta maneira, a forma de família predominante, herdada do século XIX aos anos sessenta do século XX, aparece hoje como antiquada e devoluta. As formas de família dispersam-se por uma série de configurações moveáveis que se estabelecem e desfazem a partir de um conjunto de afinidades partilhadas pelos indivíduos que as compõem. Com efeito, a família relacional e electiva, no seio da qual primam as relações horizontais, tomou definitivamente o passo sobre a família vertical, hierárquica, definida pela genealogia da transmissão que ela organiza.

Este quadro sugere – não como correntemente se ouve deplorar – uma debilitação da família, mas a afirmação de um novo universo de valores familiares. Este estabelece-se em referência a um ideal moderno de autonomia, que se quer acessível à generalidade dos indivíduos, embora as diferentes pertenças sociais e as crenças exerçam alguma influência a este respeito.

## Conclusão

Encerramos este trabalho com a área mais difícil do estudo da família, numa perspectiva histórica e sociológica: a compreensão dos fenómenos que provocam as mudanças sociais de toda a ordem e as da família em particular, ao longo dos tempos, com particular destaque para a época donde partimos por onde andámos e aonde chegámos: a família da Roma Antiga, da Idade Média, da Modernidade e da actualidade. A esse respeito, afluíram algumas questões mas deixámos muitas mais em aberto, ficando à espera de pesquisas futuras, pese embora o manancial de trabalhos existentes no domínio das várias ciências sociais acerca da família. Sem qualquer tipo de pretensão, consideramos que o mais importante neste trabalho é que foram levantadas várias questões que poderão dar azo a vários aprofundamentos sobre uma análise socio-histórica da realidade familiar. A este propósito, foram feitas várias alusões a relações que a família mantém com muitas outras variáveis sociais nos vários contextos e épocas em que está inserida. Contudo, para poder analisar porque é que tais mudanças ocorrem, tivemos a preocupação de fazer apelo a alguns factores que nos parecem mais decisivos. Porém, tais relacionamentos estão longe de abranger o conjunto das consequências que lhes estão associadas. De qualquer modo, procurámos evitar uma análise unilateral, de tipo causa a efeito, que explicasse as mudanças em função deste ou daquele factor considerado mais decisivo, mas tivemos antes em conta um conjunto de variáveis que pudessem dar uma visão mais alargada das mudanças familiares ao longo dos tempos.

No atinente aos últimos tempos, no essencial, retomamos a ideia já explorada por muitos outros cientistas sociais que trabalham no plano teórico e empírico a problemática das transformações familiares ao longo da História de que, apesar de todos os discursos acerca da «crise» da família, que já vêm do século XIX, de vários pessimismos reforçados pela fragilidade de muitos casais e pelo aumento dos divórcios, acabando uma grande parte por dar azo à formação de novas famílias, agora recompostas, das novas preocupações relativas ao enfraquecimento do papel do pai e, ao invés, um maior investimento das mães nas actividades profissionais em detrimento dos filhos que poderiam ter, não estamos hoje perante uma menor vitalidade da família. Certo é dizer que ela se modifica ao longo dos tempos. Todavia, continua a ser considerada, na actualidade, por todo o lado e pelas grandes instâncias internacionais e nacionais a célula base das sociedades e o valor mais seguro, como nos revelam os inquéritos realizados à escala europeia (A. N. de Almeida, 2003) e mundial (R. Inglehart et al., 1998). Constatase, até, que perante o falhanço de certos mecanismos de integração social, os organismos públicos e privados e a própria Igreja Católica fazem cada vez mais apelo à família para voltar a ocupar-se de tarefas, que vinham sendo atribuídas a instituições públicas ou similares. Ou-



tro tanto se diga dos comportamentos individuais perante a procura de bens simbólicos e preciosos como o amor, o carinho, a afectividade, a felicidade, a protecção e o aconchego familiar que não se compram em qualquer prateleira dos hiper-mercados ou nas lojas dos centros comerciais, mas se vivem gratuitamente no seio da família, ainda que assolada por muitas transformações ao longo da sua história.

## BIBLIOGRAFIA

- A família e a educação no mundo de hoje* (1980), Congresso da família, Lisboa, Instituto de Estudos e Acção familiar.
- ALMEIDA, Ana Nunes (2003), «Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis», in VALA, Jorge et al. (orgs), *Atitudes sociais dos portugueses. Valores sociais: mudanças e contrates em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS. Universidade Clássica de Lisboa, pp. 47-93.
- ARIÈS. Philipe, .(1960-1973), *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Seuil.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine et al. (2002), *Le nouvel esprit de famille*, Paris, Ed. Odile Jacob.
- BURGUIÈRE, André et al. (1986), *Histoire de la famille: 1. Mondes lointains; 2. Temps médiévaux: Orient/occident; 3. Le choc des modernités*, Paris, Armand Colin.
- BLOSS, Thierry (1997), *Les liens de famille*, Paris, PUF.
- CASEY, James (1989), *História da família*, Lisboa, Teorema.
- COMMAILLE, Jacques et MARTIN, Claude (1998), *Les enjeux politiques de la famille* Paris, Bayard Editions.
- DE SINGLY, François (1993), *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris, Nathan.
- DE SINGLY, François (1996), *Le soi, le couple et la famille*, Paris, Nathan.
- DE SINGLY, François (2000), *Libres ensemble. L'individualisme dans la vie commune*, Paris, Nathan.
- DE SINGLY, François, MESURE, Sylvie (sous la direction de) (2001), *Comprendre Le lien familial*, Paris, PUF.
- DE SINGLY, François (2003), *Les uns avec les autres Quand l'individualisme crée du lien*, Paris, Armand Colin.
- DESCAMP, Paul (1959), *Histoire sociale du Portugal*, Paris, Frimin Didot.
- Donzelot, Jacques (1977), *La police des familles*, Paris, Les Ed. de Minuit.
- DURÃES, Margarida (1985), «Uma primeira aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população», in Feijó, R., Martins, H., Cabral J. de P., *A morte no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Col. Conhecer Portugal, nº 4, Editorial Quercus, pp. 163-174.
- DURÃES, Margarida (1987), «Herdeiros e não herdeiros: nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta», *Revista de História Económica e Social*, Vol. 1, pp. 81-93.
- DURKHEIM, Emile (1892 – 1975), «La famille conjugale» in *Textes*, Paris, Ed. de Minuit, pp. 35-49.
- DURKHEIM, Emile (1897 – 1985), *Le suicide*, Paris, PUF.



- EID, Georges (1997), *La famille, le lien et la norme*, Paris, L'Harmattan.
- ELIAS, Norbert (1938-1987), *La société des individus*, Paris, Fayard.
- ERNEOUT, André et al. (1951), *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*, Paris, Klincksieck, 3<sup>a</sup> ed.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1992), *Famílias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Lisboa, Editorial Estampa.
- GOMES, Manuel (1994), «A família na legislação civil e canónica», *THEOLÓGICA*, II Série, Vol XXIX, Fasc. 1, pp. 43-89.
- GOODE, William (1970), *A família*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- GOODY, Jack (1983), *Development of family and marriage in Europe*, Cambridge, University of Cambridge.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle (2000), «Le mariage: les deux seuils de la désacralisation», *Colloque du Ministère de la Justice, Quel droit pour quels familles?*, Paris, La Documentation Française, pp. 21-25.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle (2003), *Catholicisme, la fin d'un monde*, Paris, Bayard.
- HOWELL, Charles (1976), «Peasant Inheritance Customs in the Midlands, 1280-1700», in *Family and Inheritance*, Cambridge, Cambridge Press.
- INGLEHART, Ronald et al (1998), *Human values and Beliefs: A Cross-Cultural Sourcebook*, Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- KAUFMANN, Jean-Claude (2001), *Ego. Pour une sociologie de l'individu. Une autre vision de l'homme et de la construction du sujet*, Paris, Natahn.
- JOÃO PAULO II (1989), *Familiaris Consortio*, Braga, A. O.
- LASLETT, Peter (1972), *Household and Family in Past Time*, Cambridge, Cambridge Press.
- LEANDRO, Maria Engrácia (1995), *Familles portugaises. Projets et destins*, Paris, L'Harmattan (Coll. «Changement et migrations»).
- LEANDRO, Maria Engrácia (2001), *Sociologia da família contemporânea*, Lisboa, Universidade Aberta.
- LEANDRO, Ana Sofia (2005), *A criança entre as malhas da família e da justiça*, Relatório de estágio da Licenciatura em Serviço Social, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Braga, Faculdade de Ciências Sociais.
- LUHMANN, Niklas (1982), *Liebe als Passion. Zur Codierung von Intimität*, Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, Alle Rechte vorbehalten.
- MICHÈLE, André (s.d.), *Sociologia da família e do casamento*, Porto, Rés.
- PARSONS, Talcott (1937), *The Structure of social action*, New York, Free Press.
- PARSONS, Talcott and BALES, Robert (1955), *Family socialization and Interaction Process*, Glencoe, Free Press.
- PAVAGEAU, Jean et al. (1997), *Le lien social et l'inachèvement de la modernité*, Paris, L'Harmattan/ARCI (Coll. «Changement»).
- RODRIGUES, Victor (2005),
- ROUSSELL, Louis (1989), *La famille incertaine*, Paris, Odile Jacob.
- SCHULTHEIS, Franz (1995), «Le maillon manquant: mémoires et identités familiales en Allemagne», in GULLESTAD, Mariane et SEGALIN, Martine (sous la direction de), *La famille*

- en Europe. Parenté et perpétuation familiale*, Paris, La Découverte.
- SEGALEN, Martine (1981-1997), *Sociologia da família*, Lisboa Terramar.
- SEMAINES SOCIALES DE FRANCE, (1996), *Une idée neuve. La famille lieu d'amour et lien social*, Paris, Bayard/Centurion.
- SHORTER, Edward (1975), *The Making of de Modern Family*, Basic Books, New York.
- SARACENO, Chiara (1992), *Sociologia da família*, Lisboa, Editorial Estampa
- THOMAS, Louis-Vincent (1988), *Anthropologie des obsessions*, Paris, L'Harmattan.
- TORRES, Anália (1996), *Divórcio em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- TORRES, Anália (2001), *Sociologia do Casamento*, Oeiras, Celta Editora.
- WALL, Karine (1992), «Pour une sociologie des formes familiales dans la société rurale, in ALMEIDA A. N. de, GUERREIRO, M. D., TORRES, A., WALL, K. (eds), *Familles et Contextes Sociaux, Actes du Colloque de Lisbonne*, Lisboa, AISLF / CIES, pp. 163-182.
- WALL, Karine (1998), *Famílias no campo. Passado e presente em duas freguesias do baixo Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.